
Corpos conscientes: Ressignificando os monumentos e fortalecendo os sentidos



Coletivo Negro de Historiadores Tereza de Benguela

Novembro de 2020

Estátuas, bustos e monumentos representam os valores de uma sociedade? Essa pergunta suscita diversos debates e questões acerca dos monumentos que marcam os territórios em que nós vivemos. As grandes cidades, não só pelo Brasil, mas pelo mundo, são repletas de monumentos em homenagem a pessoas que viveram no passado e que são consideradas heróis, símbolos, ícones ou grandes personagens da história daquele território. Com isso, podemos compreender que os monumentos são altares onde escolhemos alguns poucos personagens para serem homenageados e considerados exemplos para as gerações futuras. Antes de tudo é importante apontar, que nós defendemos a retirada dos monumentos citados a partir de uma política pública do Estado brasileiro de reparação histórica aos negros e povos originários. Após retirados, os monumentos devem ser acondicionados em museus públicos.

Difícilmente, encontramos representações de figuras execradas por uma sociedade, povo ou país. Quando um personagem é tido como alguém nociva à história, o próprio monumento reproduz em forma de arte essa crítica ao representado. No Brasil temos o caso da estátua do colono Domingos Fernandes Calabar (1609-1635), em Alagoas. Durante o período de domínio holandês no Nordeste (1630-1654)[1], Calabar foi um colono brasileiro, grande agente e colaborador dos invasores batavos. Após uma batalha vencida pelas tropas lusitanas, Calabar foi preso e considerado um traidor de Portugal, e, assim, condenado ao enforcamento. O monumento reproduz essa condenação de Calabar, o que indica que ele não é uma figura a ser louvada.

Salvo o exemplo de Calabar, as demais estátuas, bustos e monumentos espalhados pelas ruas, praças e avenidas em nosso país são no sentido de homenagem. São figuras para serem exaltadas pelos seus feitos no passado. Contudo, quando nós historiadores começamos a investigar esses ícones da história brasileira, nos deparamos com biografias que fogem bastante desse passado glorioso e idílico reproduzidos nos lugares de memória das metrópoles brasileiras. Biografias baseadas em documentos históricos e bibliografias que apontam um passado não heroico, repleto de crimes contra a humanidade. Nessa perspectiva, é sobre essas figuras responsáveis pelo maior genocídio da história do Brasil que vamos nos debruçar.

Um evento histórico foi responsável pelo despertar da nossa atenção para esses personagens homenageados aqui no Brasil. Em 12 de agosto de 2017, a cidade de Charlottesville, nos Estados Unidos, foi palco de um conflito entre grupos políticos rivais. O evento terminou tragicamente com a morte de uma pessoa e aproximadamente três dezenas feridas. De um lado estavam supermacistas brancos, neonazistas e membros da Ku Klux Klan; do outro lado membros do movimento negro, do movimento anti-fascista e Black Lives Matter (Vidas Negras Importam).

O conflito ocorreu nessa pequena cidade do estado da Virginia devido à retirada da estátua do general confederado Robert E. Lee (1807-1870)[2]. O motivo da contenda foi que Lee foi considerado um dos grandes líderes do exército dos estados do Sul dos Estados Unidos, que no século XIX guerrearam com os estados do Norte (União), na chamada Guerra de Secessão[3] (1861-1865). Os estados do Sul lutaram pela independência para manter a escravidão, pois os estados do Norte eram favoráveis ao fim de sistema de trabalho compulsório. Após a derrota dos estados confederados, o general tornou-se um símbolo de grupos de extrema-direita, racistas e supremacistas brancos. Esses grupos no período pós-abolição lutaram e defenderam a segregação racial e eram contrários a garantia da cidadania para os negros norte-americanos.

A decisão da remoção da estátua de Robert E. Lee partiu do poder municipal de Charlottesville a partir de uma compreensão de que esta provocava divisão entre a população da cidade. A ação do poder local resultou na marcha chamada “Unir a direita” para impedir a remoção da estátua. Em contraposição, houve uma manifestação em defesa da retirada dela, culminando no conflito. O confronto polarizou a sociedade estadunidense em dois grupos: o

grupo em defesa da retirada da estátua, e um segundo grupo em defesa da manutenção da estátua.

O caso da cidade da Virgínia não foi um caso isolado. No mesmo ano de 2017, na cidade de Baltimore duas estátuas foram removidas por determinação da prefeita da cidade. Os monumentos de dois membros das tropas confederadas e ícones da memória sulista, as estátuas de Robert E. Lee e de Thomas “Stonewall” Jackson (1824-1863) foram removidas. Minutos após o processo de retirada dez pessoas colocaram no lugar da memória ao general Lee uma estátua de uma mulher negra grávida. Segundo o jornal *Folha de São Paulo*[4], naquele momento em distintas cidades estadunidenses, 6 estátuas de personagens ligados à escravidão seriam removidas e 7 estavam em discussão para tal.

Esse movimento de retirada de monumentos nos Estados Unidos, apesar de parecer inovador, é mais antigo do que imaginamos. Ao longo da história são inúmeros casos de remoção ou destruição de monumentos. Em geral, esses casos ocorreram em momentos de transição, mudança ou revoluções em que regimes foram substituídos. Os grupos que ascendem ao poder, não satisfeitos com os monumentos criados pelos seus antecessores, retiram -nos e constroem novos, celebrando os seus heróis e ícones.

Um dos exemplos históricos ocorreu na França, em 1871, quando a Comuna de Paris[5] assumiu o poder da capital francesa após a queda de Napoleão III. Em abril de 1871, milhares de parisienses se reuniram no 1º arrondissement para assistir a queda de Coluna de Vendôme[6]. Os comunards, os revoltosos da Comuna de Paris determinaram a demolição do monumento que homenageava o imperador Napoleão Bonaparte I. Tinha-se como argumento que a Coluna representava um insulto dos vencedores aos vencidos, desta forma em desconformidade com os valores republicanos. No chão da praça de Vendôme, na rive gauche ficou por algumas horas em horizontal a estátua do general francês para deleite dos trabalhadores franceses (Merriman, 2015). Deitada em berço esplêndido, a remoção da mesma não silenciou Napoleão da história dos descendentes de gauleses, mas apenas retirou um monumento em sua homenagem.

Assim como na França, em diversos países mudanças de regime promoveram transformações em monumentos, nomes de ruas e outras homenagens. No Brasil, a recém nascida República em 1889 alterou o nome do colégio público Pedro II para Instituto Nacional de Instrução Secundário. Os republicanos não queriam nada que lembrasse a velha monarquia. Anos depois o colégio voltou a receber o nome com o qual foi criado em 1837.

Um exemplo contemporâneo desse processo foi na antiga União Soviética e nos países socialistas do Leste europeu. A partir do fim do socialismo, inúmeros monumentos em homenagem aos líderes soviéticos como Josef Stálin e Lênin foram derrubados. Mais recentemente, em 2003, após a invasão norte-americana ao Iraque e a consequente deposição de Sadan Hussein, dezenas de estátuas do ex-ditador foram postas abaixo pela população iraquiana. As imagens transmitidas ao vivo da população derrubando as estátuas dos déspotas rodaram o mundo.

Nesse sentido, percebemos que novos regimes buscam disputar a memória, ressignificar, ou transformá-las, rebatizando nomes de praças, ruas e instituições. Não precisa ser conservador para ser contrário a tais alterações, já que nomes marcam a história. Contudo, e quando o nome ou a homenagem não é sobre o membro ou partícipe do antigo regime político, mas sobre uma personalidade histórica a qual teve suas mãos sujas de sangue, como responsáveis por um genocídio? É sobre esses personagens envolvidos em crimes hediondos dos quais trataremos neste presente artigo. O que nos levou a construir esse projeto coletivo da arte racista brasileira foi o episódio ocorrido na Inglaterra em maio de 2020. É importante contextualizar esse episódio dentro de um movimento transnacional de luta antirracista que se espalhou pelo mundo.

O brutal assassinato do cidadão negro norte-americano George Floyd por policiais à luz das câmeras, em abril de 2020, foi o gatilho para o início de manifestações contra o racismo lideradas pelo movimento Black Lives Matter nos Estados Unidos, e, logo em seguida, no mundo inteiro. As manifestações que tomaram as ruas de mais de uma centena de cidades na América do Norte reivindicavam uma agenda de políticas públicas antirracistas. Em poucos dias, os protestos se espalharam por diversos países da Europa e também aconteceram em algumas cidades brasileiras.

Contudo, foi na Inglaterra que uma manifestação trouxe à pauta novamente o debate sobre os polêmicos monumentos em homenagens aos escravocratas. No dia 11 de junho, uma manifestação contra o racismo levou milhares de pessoas à cidade portuária inglesa de Bristol. No período da escravidão essa cidade foi um importante centro de atuação dos traficantes de escravizados.

A manifestação realizou uma ação direta, a derrubada da estátua de Edward Colston (1636-1721)[7] e em seguida, jogaram-na dentro de um rio. O homenageado da estátua foi um alto funcionário Royal African Company (Companhia Real Africana) no final do século XVII, que enviou centenas de milhares de pessoas da África Ocidental à escravidão nas colônias inglesas no continente americano.

O governo britânico reagiu condenando a ação dos manifestantes, mas ao mesmo tempo deu início ao debate público sobre os monumentos de heróis “controversos”. O prefeito de Londres, Sadiq Khan, anunciou revisar cada uma das estátuas da capital britânica e remover aquelas ligadas a mercadores de escravizados. A Universidade de Liverpool anunciou a mudança de nome de um dos seus prédios em homenagem um ex-primeiro-ministro que teve envolvimento direto com o comércio de africanos escravizados. Essas foram algumas das iniciativas tomadas a partir da derrubada da estátua em Bristol.

E aqui no Brasil, o que temos de novo nesse debate? Inspirados nos acontecimentos da Europa e dos Estados Unidos desde 2017, resolvemos contestar, refletir, questionar os monumentos com marcas de sangue do genocídio negro e indígena. Como é de conhecimento notório de muitos, o Brasil foi o país das Américas que mais recebeu pessoas escravizadas oriundas do continente africano. Segundo as estimativas mais sólidas feitas por especialistas e historiadores, o continente americano recebeu de 1500 até 1860, aproximadamente 12 milhões de africanos escravizados. Desse total foram enviados ao Brasil cerca de 5 milhões¹, o que é quase metade do total. Logo, por esse papel central na escravidão, o Brasil tem em sua construção muitas marcas dos algozes desse período.

É bom lembrar que não só os negros e africanos, como também os indígenas[8] foram vítimas desse sistema de trabalho forçado hediondo. Quando os lusitanos conquistaram o Brasil em 1500 existiam no Brasil cerca de 8 milhões de indígenas divididos em mil povos originários. Passados 500 anos, segundo o último Censo de 2010, existem 800 mil indígenas em nosso país em 300 povos. A brutal conquista reduziu o número dos povos originários em

¹ Segundo a pesquisa que resultou no banco de dados do Tráfico Transatlântico, da Universidade de Emory. Disponível em: < MERRIMAN, John. A comuna de paris 1871: origens e massacre. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015. >

10% em cinco séculos. São inúmeros fatores responsáveis por esse genocídio, sem dúvidas um dele foi a escravização.

Diante do que o Brasil foi e ainda é, um país com aproximadamente 350 anos de escravidão e com apenas 132 anos de liberdade ampla para todos os cidadãos, temos muitas estátuas, bustos, obeliscos, monumentos, entre outros em homenagens a personagens históricos envolvidos diretamente nesse genocídio. O samba da escola de samba-enredo campeão da Estação Primeira de Mangueira do ano de 2019 traduz de forma categórica esses “heróis” nacionais : “Desde 1500 tem mais invasão do que / descobrimento / Tem sangue retinto pisado / Atrás do herói emoldurado/ Mulheres, tamoios, mulatos / Eu quero um país que não está no retrato”. A última estrofe cita que existe um Brasil que não só não está no retrato, mas nos museus, nos livros, nos panteões e nos monumentos. Desse modo, o que buscamos é retirar os retratos dos “heróis” sujos com sangue do genocídio negro e indígena e substituir por retratos daqueles que lutaram contra o derramamento de sangue.

A luta pela retirada das estátuas não é uma luta moral sobre pessoas boas e pessoas más como alguns arvoram em acusar os movimentos defensores desta pauta. É uma batalha acerca do papel histórico em um crime contra humanidade de personagens homenageados. A escravidão foi um crime contra humanidade como atesta a Organização das Nações Unidas (ONU)[9]e o Brasil é signatário[10]. Portanto, essa luta está dentro do conceito proposto por “Memória, Verdade e Justiça” - Movimento no Brasil que ganhou força após o fim da Ditadura Civil Militar (1964-1985) para investigar os crimes cometidos nesse triste período da nossa história e para propor políticas públicas de memória e justiça para aqueles vitimados por esse regime de exceção.

No Brasil recentemente, um sítio arqueológico recebeu o título de Patrimônio da Unesco. O Cais do Valongo no Rio de Janeiro ganhou esse título, pois foi um dos maiores portos de desembarque de escravizados da história, segundo estimativas aproximadamente 1 milhão. Ou seja, um símbolo material do genocídio negro e africano e em nosso país. A Organização das Nações Unidas considera o Cais do Valongo um sítio sensível como o campo de concentração de Auschwitz em que 1 milhão de judeus foram assassinados. Nas palavras de Marlova Noletto, representante da ONU no Brasil[11]:

“Relembrar a importância do conhecimento da história para superar a discriminação e desigualdades é fundamental e esse sítio sensível só tem comparação, em paralelo, com o sítio do Holocausto. São eventos da história e da humanidade que a lista do patrimônio mundial da Unesco ajuda a relembrar, e ao relembrar a gente pode dizer ‘nunca mais’. Nunca mais porque a humanidade não pode assistir silenciosa tamanhos atos de violação de direitos humanos, quer seja pela cor da pele ou por crenças religiosas” ()

Ao contrário dos casos citados, sobre monumentos removidos após uma mudança de regime, em que as motivações para retirada foram originadas por divergências políticas, religiosas ou étnicas, a defesa da remoção dos monumentos no projeto “Galeria da Arte racista Brasileira” é a partir dos crimes cometidos pelos ícones homenageados. Inclusive são crimes reconhecidos pela atual Constituição Federal Brasileira de 1988. Desta maneira, a demanda da remoção não trata-se de uma perseguição a figuras e lideranças do antigo regime Colonial (1500-1822) ou Imperial (1822-1889), mas sim, de pessoas as quais cometeram crimes hediondos.

Em 2013, a então presidente Dilma Roussef (PT) sancionou a alteração da lei nº 6454 de 1977. A alteração realizada inclui o artigo que proíbe a homenagem em todo território nacional para pessoas condenadas pelo crime de trabalho escravo. O projeto de alteração foi do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) e sancionada por Dilma é a lei 12781 de 2013². Essa lei proíbe homenagens a pessoas condenadas pelo artigo 149, do Código Penal brasileiro. Também conhecido como submeter uma pessoa a situação análoga à de escravo. A lei configura um avanço, ao mesmo uma contradição, pois os monumentos ao escravocratas do período Colonial e Imperial continuam figurando em nossas cidades.

Desta forma, a escravidão, como já abordado, foi um crime tal como um regime de exceção que produziu milhões de vítimas em nosso país. Faz-se necessário um processo de políticas públicas para ressarcir aqueles que são descendentes das vítimas da escravidão. Dentro desse processo, existem diversas reivindicações as quais precisaria de diversos artigos para enumerá-las. Contudo, no presente artigo vamos nos debruçar apenas sobre a importância

² Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112781.htm>

de políticas públicas para não homenagear os algozes das vítimas da escravidão e ao mesmo tempo homenagear personagens históricos que despenderam duros esforços para lutar contra esse brutal sistema de trabalho compulsório. Heróis são aqueles que combateram a escravidão, e não os proprietários de escravos, os mercadores de escravos ou os defensores da escravidão.

A equidade racial no Brasil só poderá ser alcançada quando os algozes da escravidão não forem celebrados em espaços públicos, instituições públicas, livros didáticos ou figurando no pantheon de heróis nacionais. O substantivo “verdade” assume nessa luta o sentido de abordar a participação desses personagens na história sangrenta da escravidão, o que é em geral apagada das biografias oficiais e em placas dos monumentos que os homenageiam. Não estamos apagando os feitos históricos ou mesmo silenciando-os, mas sim, trazendo à tona uma parte da história dessas pessoas escondida ou pouco lembrada em especial pelo Estado brasileiro, que é a participação destes na escravidão.

A frase famosa: ‘A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil’ do abolicionista Joaquim Nabuco (2012) traduz de maneira fidedigna como ainda no Brasil a escravidão está presente em diversos aspectos da vida social, econômica e cultural do nosso país. Dessa forma, na cultura brasileira, as esculturas que representam e homenageiam algozes da escravidão estão em lugares públicos em um cenário de exaltação e de maneira acrítica. O longo caminho para alcançar a igualdade racial passa também, e não apenas, por rever quem são os ícones homenageados nos espaços públicos. Um país, que a partir de 1988 compromete-se na sua Carta Magna a combater o racismo, não pode ter em suas homenagens personagens históricos racistas e que participaram diretamente do crime que foi a escravidão indígena e africana.

É nesse contexto social, político e econômico que foi fundado em junho de 2020 o Coletivo de Historiadores Negros Tereza de Benguela[12] em parceria com o site Notícia Preta. O coletivo é formado por seis historiadores negros e negras e também com formações em antropologia, museologia e pedagogia para pesquisar os monumentos escravagistas e racistas no Brasil. Nossa intenção é que antes de defendermos a retirada das obras de artes em homenagem aos personagens históricos imbricados até os cabelos na escravidão, seria preciso localizar onde estão esses monumentos. Em segundo lugar traçar uma biografia dos homenageados e em terceiro disponibilizar essa pesquisa em uma plataforma virtual. Para, com

isso, reivindicamos a retirada desses monumentos maneira legal os quais representam e celebram protagonistas daquele o qual é maior crime da história do Brasil.

Nós poderíamos escolher como objeto de pesquisa nomes de ruas, avenidas, instituições públicas, escolas, entre outros. Por exemplo, na cidade de Paraíba do Sul, no interior do Rio de Janeiro existe uma escola batizada com o nome do deputado Andrade Figueira, que votou contra a lei de abolição da escravidão. No mínimo uma contradição com os valores da atual sociedade brasileira e com todos os problemas sociais e raciais originados pela escravidão. Contudo, essa pesquisa de nomes em logradouros públicos seria muito grande e extenuante para os nossos braços e recursos. Portanto, escolhemos nos debruçar sobre os monumentos que prestigiam figuras escravocratas.

A pesquisa histórica realizada pelo Coletivo Tereza de Benguela ao longo dos 5 meses ocorreu a partir de uma metodologia e com todo o rigor científico necessário para embasar o histórico dos personagens citados com a escravidão. A metodologia consistiu primeiramente em acessar os monumentos nas cidades brasileiras através dos sites de prefeituras, governos estaduais, órgãos públicos de cultura, instituições privadas de cultura ou em sites sobre monumentos. Os monumentos encontrados passaram por uma triagem para identificar e selecionar os homenageados que tiveram participação na escravidão e que tipo de participação foi essa. Dessa triagem foi produzida uma biografia de cada um dos que atendiam ao perfil, a partir de documentos e bibliografia. Demais informações como endereço, autor e ano de inauguração também estão especificados. Todos esses documentos estão ao final de cada um dos monumentos no site “Galeria da Arte Racista Brasileira”.

A nossa seleção dos personagens expostos no site foi realizada a partir de quatro critérios de inclusão da figura histórica na “Galeria de Arte Racista”: proprietário de escravizados; traficante de escravizados, defensores da escravidão negra ou indígena e militares envolvidos em chacinas contra escravizados e quilombolas. Para cada um desses personagens foi produzida uma pequena biografia apontando a relação direta com uma das quatro categorias citadas acima. Ao final da biografia de cada colocamos duas referências bibliográficas que vaticinam o envolvimento do mesmo com a escravidão.

Para exemplificar, o inconfidente Joaquim da Silva Xavier: conhecido como um ícone da luta por liberdade, alçado ao título de herói desde a proclamação da República, porém proprietário de escravizados. O patrono do Exército brasileiro, conhecido como Duque de

Caxias em suas campanhas militares foi responsável pelo assassinato de centenas de escravizados e quilombolas, em especial no período regencial (1831-1840). O padre Antônio Vieira tão conhecido na literatura como na história foi um dos que defenderam e legitimaram a escravidão negra em suas obras. Como último exemplo Joaquim Pereira foi um traficante de escravizados no século XIX. Apenas pelos dados públicos traficou mais de 10 mil africanos escravizados, mas pelas doações feitas aos mais pobres ele figura como um homem caridoso e tem uma estátua em sua homenagem na Santa Casa de Misericórdia de Salvador .

Para cada um desses ilustres personagens confere como racistas que são homenageados em monumentos de Norte a Sul do Brasil. Todos são considerados heróis brasileiros, mas estiveram diretamente envolvidos com o genocídio indígena e negro. O coletivo produziu também um projeto de lei que determina a retirada desses monumentos e a proibição da instalação de novos em memória aos autores da escravidão no Brasil. O projeto será protocolado na Câmara Federal no mês de novembro de 2020.

Ao se debruçar sobre as relações entre os corpos humanos e a cidade moderna, Sennett (2010) explora a sensação de abismo presente na geografia da cidade e o despertar da consciência da carne. A partir do autor, trazemos para discussão a ideia de como um espaço puro e transparente que entorpece o corpo humano, “como um narcótico”, não reconhece a dor humana, mantém ausente a compaixão. Uma vez que os grupos organizados são desencorajados a se movimentarem, facilitando a circulação das multidões individuais, do “individualismo exemplar”, o olhar de neutralidade sobre os espaços permite ao poder empoderar sem responsabilidade.

Dessa forma, as sociedades sujeitas à lei civil se mostram marcadas pela ruptura ética entre carne e pedra, pois a “civilização ocidental não tem respeitado a dignidade dos corpos humanos e a sua diversidade”, assim, para Sennett, a resistência constitui uma experiência necessária e fundamental para o corpo humano, o que o sociólogo chama de “despertar para o mundo em que vive”, onde as pessoas precisam lidar com as dificuldades e superá-las. Assim em uma cultura viva, a resistência aparece como experiência positiva.

Ao comentar sobre as derrubadas das estátuas de escravagistas pelo mundo, Orrico (2020) pontua posições históricas que permeiam a problemática. Para a historiadora, o assunto apresenta três questões principais: 1º Dimensão Histórica, referente ao período histórico de que um determinado evento ocorreu; 2º Aspecto Monumental, quando a palavra monumento remete

a função essencial de memória, “fazer recordar” e aí ressalta os embates entre os que se sentem oprimidos com a evocação de lembrança; e o 3º é o Aspecto Cultural, quando a discussão vai além dos aspectos de “pedra e cal”, sinalizando que as obras artísticas marcam um determinado momento cultural, um período cultural, que também se manifesta no olhar de hoje. Por fim a pesquisadora reconhece a situação delicada que envolve a ressignificação de determinados símbolos do passado, uma vez que, para ela, é legítimo o surgir de novas interpretações, propondo a criação de espaços para esses monumentos, resguardando-os, mas com percepções diferentes daquela que se levou a criar o monumento no passado.

Orrico afirma que “colocar as estátuas em um lugar específico também é um ato político além de pedagógico”. Marcelino (2016) ao analisar os rituais políticos e representações do passado no período entre o fim do Império e início da República, afirma que as práticas memoriais e rituais de natureza política, sacralizam entidades próprias a um mundo político, simbolizando representações de poder, fixado no espaço da rua como um lugar fundamental de consagração cívica ao fornecerem modelos de imitação para ação patriótica, o que o pesquisador chama de “cultura da personalidade de matriz ibérica”. Assim como Sennet, Marcelino coloca as transformações nas práticas de memória ao passado como parte das vinculações com as mudanças no regime de memória, e dentro da atual história política brasileira, atua como reinvenção dessas tradições.

Assim, ao retirar os monumentos dos espaços públicos, não estamos permitindo que o mesmo caia no esquecimento, uma vez que, em um país construído por meio da violência racial, como o Brasil, não consegue apagar tão facilmente às influências de determinados personagens. Contudo, ao ressignificar essas imagens, retirar desses personagens o lugar de destaque na cidade, também dará outros significados ao espaço público, reescrevendo a memória sobre esses indivíduos em lugares que cabem a devida contextualização, dando a opulência, importância e poder que lhe cabem.

Assim, determinados monumentos não terão mais lugar de destaque nos centros de cidades onde os resquícios da escravidão ainda pulsa veemente sobre aqueles que andam sobre tais obras, para que a ressignificação desses lugares possa educar as pessoas a fim de lhes tornarem parte de um passado de guerras, lutas e resistências. Não parece mais possível manter nas aparências a falsa separação entre a escravidão e a construção do Brasil, assim como não se faz mais viável deixar monumentos escravagistas em praça pública, demarcando poder.

Segundo Schwarcz (2018) o modo de produção defendido pelos intelectuais orgânicos das elites nacionais revelam um racismo explícito e naturalizam as relações histórico-sociais, conservando as pautas ideológicas da dominação. Assim percebemos que os monumentos marcam um passado, mas não são estáticos. A cidade precisa atender à demanda e à questão que não cabem mais ao século XIX. E se ficar, não deve ser esquecida à questão escravagista para o povo negro.

Ao perceber que o dispositivo de racialidade realizou um dos seus objetivos fundamentais, que era o da racialização do espaço público pela branquitude, feito de forma tão perfeita que se tornou naturalizada, o negro busca uma memória na esfera pública que se perdeu. Nesse sentido, há uma hegemonia branca nesse espaço, em que a presença do negro se torna uma anomalia interpretada como racialização. (CARNEIRO, 2005).

Assim, escolhendo o que lhe representa na sociedade e não mais reconhecendo a hierarquia imposta pelo passado, as comunidades afro-brasileiras se tornam politicamente atuantes, propondo a resignificação dos espaços públicos destinados ao passado, como espaços de conflitos de poder, e se colocam como protagonista de um contexto histórico que não faz do silenciamento uma possibilidade mais viável.

Estátuas e a descolonização

Ao revisitar estátuas, monumentos e demais locais de memória, como foi dito anteriormente, o objetivo não é de apagamento de personagens históricos, mas, sobretudo compreender como este nome alçou tal status de homenagem e se esse lugar que ele ocupa de alguma forma presentifica traumas históricos a segmentos minoritários da sociedade. Para compreender esse debate é necessário traçar um paralelo de como foi fundamentado a criação de espaços de memória em solo brasileiro e as forças política e ideológica que essa instituição carrega.

Brulon (2020) afirma que o museu é palco da encenação de identidades forjadas através das relações de poder sedimentadas desde a época da colonização. Os museus, no Hemisfério

Sul, foram inaugurados no século XIX e agiam como um centro de difusão, civilização e fundamentação das hierarquias sociais e culturais de um mundo colonialista. Dessa forma, em seus espaços é representado um sistema de dominação, onde são afirmadas e reafirmadas as diferenças sociais, dos vencedores e dos vencidos, de quem produz e quem consome. Regimes esses herdados de colonialidade de um passado pouco contestado e presentificado na sociedade atual, conformando aquilo que se entende como nação. Tal análise de Brulon pode ser expandida para os diversos locais de memória e cultura do Brasil, como monumentos e estátuas

Ter essa disputa de poder em mente facilita observar a falácia da pretensa neutralidade desses espaços de memória, e como fruto dessa disputa, perceber também o que é selecionado para ser preservado e compartilhado com as gerações futuras. Lima (2016) vai mais além, ela argumenta que mais que preservar seus objetos para gerações futuras, essa seleção age na construção de narrativa que afeta de forma direta na construção de ações de política pública em diversos níveis da sociedade.

Assim, é fácil compreender o porquê da grande maioria das estátuas e monumentos que nossa pesquisa encontrou serem de homens heterossexuais brancos, uma vez que eles falam sobre a ideologia e escolhas de uma sociedade machista e racista, com um viés fundamentado em paradigmas colonialistas. É possível observar a mesma perspectiva nos museus, sobretudo nos mais tradicionais.

O Museu Nacional de Belas Artes é um exemplo de museus com uma narrativa que privilegia o discurso colonialista e carrega na construção a narrativa de apagamento de segmentos minoritários da nossa sociedade. Inaugurado em 1937 ocupava um prédio na então renovada Rio Branco, onde já funcionava a Escola Nacional de Belas Artes (até 1976 quando foi deslocada para a ilha do Fundão). Tem o seu edifício tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 2003. Segundo a apresentação própria em seu site institucional [1] eles possuem em seu acervo mais de 20.000 obras, sendo especializada na produção estética brasileira do século XIX até a atualidade, na “arte europeia possui uma presença *destacada*, enquanto que um *pequeno* e expressivo conjunto introduz a estética africano-negra” [2]. A coleção Arte Africana é composta por 111 objetos, sendo que 101 foram adquiridos em 1964. Nesse portal não possui nenhuma área destinada especificamente à Arte indígena. O acervo das exposições de longa duração é composto por um número expressivo de telas de grandes dimensões em que são retratados homens, brancos vitoriosos em grandes

batalhas. Algumas mulheres brancas são retratadas, raramente sozinhas nas obras, e geralmente atrás de um homem. A apresentação do negro e do indígena, quando ocorre, está em posição servil e sendo subjugado de alguma forma.

A partir desse exemplo, é possível compreender que a inclusão de mulheres e de acervo que correspondem à cultura africano-negra não faz com que haja o rompimento com uma narrativa colonialista e que não perpetue essa posição de liderança desses homens brancos. Para essa mudança de paradigma é necessário a construção de um pensamento decolonial. Para Brulon (2020), a descolonização do pensamento museológico ocorre na revisão das gramáticas museais, o que dá a possibilidade de disputa do patrimônio, do museu e de espaços de cultura/memória por um maior número de atores sociais. E no ato de materializar os sujeitos subalternizados, possibilita o aumento de novos regimes de valor, denunciando os regimes decolonialidade.

Para compreender esse debate de forma ampla, o Museu Magüta é de grande relevância, uma vez que é uma instituição que dá voz a novos atores sociais, tendo como fundadores e proprietários o Povo Ticuna, tornando-se assim um belo exemplo de museu com uma narrativa decolonial. Roca (2015) afirma que essa instituição está atrelada à história de mobilizações e lutas pelos seus direitos, sobretudo territoriais. Esse museu fica na região do Alto Solimões, na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia, na cidade de Benjamin Constant, a 1.118 km de Manaus, capital do Amazonas. Esse local se configura como um ponto de acesso a 11 das terras Ticuna, da população desses três países.

Segundo Roca (2015) os Ticuna são o povo indígena mais numeroso da Amazônia e dos países em geral. Tem a população de aproximadamente 36.400 pessoas no Brasil, 8.000 na Colômbia e 7.000 no Peru. No Brasil é distribuída em mais de 100 aldeias em oito municípios do estado do Amazonas, além de também habitar centros urbanos, tal qual Benjamin Constant. Por possuir um largo histórico de intensa mobilização política, esse povo foi alvo de uma crescente hostilidade por parte de posseiros, madeireiros e comerciantes, sofreram ameaças, ataques armados, prisões, espancamentos e morte. Em 1982 é criado o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), a primeira organização indígena de escala local a funcionar no Brasil. Numa gestão autodeterminada, as mobilizações são direcionadas a garantir direitos territoriais, saúde e educação. Como fruto dessas mobilizações, em 1991 começou a funcionar o Museu Magüta. O acervo era composto por objetos coletados das diversas tribos além de alguns itens que foram produzidos com essa finalidade.

Como afirma Roca (2015) essa instituição é uma ferramenta do “branco” que foi ajustada às necessidades e orientada por sentidos definidos por eles. Por outro lado, os materiais coletados pela população indígena, para além de produzir conhecimento e a valorização cultural, para os próprios e para o resto da sociedade, são apresentados como testemunhas da presença nas terras demandadas pelos latifundiários madeireiros e pelos seringueiros. Com isso, o museu firmou-se como uma importante peça do processo político, sendo um palco de disputas de narrativas do passado e do presente e, por isso, recebendo ataques dos seringueiros e madeireiros numa tentativa de silenciá-los.

A narrativa dessa instituição coloca os indígenas no centro. Roca (2015) afirma que possui uma perspectiva descolonizada porque reclama afirmativamente uma identidade cultural que não tem o colonial como referência. Aqui as questões indígenas não foram incorporadas pela Museologia dominante, mas houve sim uma conquista da cena museológica pela agência indígena. São eles que estão abordando o museu, e não ao contrário.

A partir dos exemplos apresentados, o Coletivo Tereza de Benguela propõe, para além da contestação do espaço de homenagem de personagens que foram diretamente envolvidos no processo de escravização e genocídio do povo negro, a pluralização das vozes dos autores sociais. O objetivo dos pesquisadores negros não é só constatar, mas também possibilitar a construção de espaços de memória que visam homenagear personagens negros e pessoas que lutaram das diversas formas contra a realidade racista e genocida da sociedade brasileira.

Considerações finais

O que buscamos com esse presente artigo é repensar, refletir e questionar quem são os heróis brasileiros homenageados. Compreendemos que grupos sociais tendem a defender seus próprios heróis e que cada grupo tem suas características, história e identidade que reivindicam. Quanto a isso não há problema, pois vivemos em uma sociedade democrática, multirracial e multicultural. Contudo, defendemos que todos os segmentos, etnias, minorias, grupos religiosos e grupos sociais possam ter os seus respectivos heróis homenageados.

Há no mundo um movimento e um entendimento cada vez mais crescente dos danos irreparáveis que inúmeras nações sofreram, em decorrência do eurocentrismo e como até hoje, somos atingidos ou afetados por essas ações. Sendo o movimento eurocêntrico uma ideologia que se coloca como superior e se entende como porta voz do mundo, ela acaba por abarcar e atingir todos os nichos sociais.

Para conseguir esse feito mundialmente, principalmente nos movimentos de colonização na América Latina, (nesse caso falaremos especificamente no Brasil) – houve o uso de extrema violência que atingiu todos os aspectos possíveis da existência humana. Desde as violências aos corpos – assassinatos, estupros, mutilações não importando sexo ou idade - até às violências impingidas às culturas, às religiões, à natureza e às próprias formas do entendimento que outros povos tinham de existir. Os povos exploradores, ontem e hoje, invadem, e não “descobrem”, violentam, roubam, em nome de Deus, o que faz com que se descolem, confortavelmente, dos ensinamentos mais básicos que sua religião prega e o que demonstra uma contradição entre ação e discurso.

Dito isto, nosso foco principal se relaciona com dois pontos: a escravização de africanos negros e em diáspora ao longo de quase quatro séculos e a forma como alguns símbolos e representantes dessas atrocidades foram e são representadas como ícones, desfrutando de um lugar de respeito e visibilidade na forma de estátuas.

O uso da iconologia e da iconografia, ao longo da história, sempre foi e continua sendo, embora em outros aspectos, um recurso poderoso para o estabelecimento da comunicação. Sobretudo ao considerarmos no Brasil, o atraso histórico e intencional no processo de escolarização da população mais pobre e em sua esmagadora maioria, negra. As imagens são e sempre foram uma ferramenta eficaz para aterrorizar, explicar, convencer.

Contudo, quando tratamos de espaço público, o herói a ser homenageado não pode estar em contradição com os princípios e valores vigentes na sociedade brasileira, como na Carta Magna que rege o nosso país. Nesse sentido, o Estado não pode ser conveniente com homenagens a figuras que no passado foram responsáveis por crimes hediondos, condenados pelo próprio Estado brasileiro como por demais organizações nacionais.

Portanto, a Galeria de Arte Racista vem por meio deste projeto expor para população brasileira quem são as figuras homenageadas em nossas cidades para questionar a partir de documentos e bibliografia suas trajetórias. Não buscamos fazer um julgamento moral, pois não se trata de apontá-los como pessoas que foram boas ou más. Contudo, trata-se de apontar o envolvimento destes no genocídio indígena e negro por meio da escravidão.

Em nenhum momento entendemos que ao defender a retirada legal desses monumentos iremos mudar a tragédia do passado. Porém, tal ação pode e deve mudar o presente tal como o

futuro, a partir de uma perspectiva pedagógica em que os heróis são considerados como exemplos para as novas gerações. Ao retirar os monumentos e colocá-los em um museu, preservamos a obra artística, tiramos alguém envolvido em crimes do lugar de ícone e contextualizamos seus os feitos históricos. Um bandeirante responsável pela escravização de nações indígenas e ao mesmo tempo fundador de cidades terá sua história abordada no museu apontando os feitos históricos positivos e negativos.

No decorrer da pesquisa percebemos uma hiper-representação de personagens homens e brancos nos locais de memória. E em contrapartida identificamos uma sub-representação de mulheres, indígenas e negros, o que aponta os efeitos perversos da colonização nas artes e no território. Uma parte desses homens brancos homenageados foram no passado algozes do crime da escravidão. Entretanto, pensando na equidade de gênero e raça propomos uma substituição desses “heróis” que tem mãos sujas de sangue por personagens históricos em especial mulheres que lutaram contra a escravidão. Em Juiz de Fora existe um busto em homenagem a Henrique Halfeld, que em 1871 negou vender alforria de uma de suas escravizadas, Roza Cabinda, com 44 anos e deficiente de uma das mãos. A escravizada recorreu à justiça e comprou sua liberdade (FREIRE, 2009). Desta forma quem deveria ser homenageada em praça pública é Roza, legítima militante pela liberdade e não o escravocrata.

Diante de tudo isso, entendemos como não pode ser mais tolerável, atualmente, a perpetuação desses símbolos. Pesquisamos e catalogamos em todo o país, estátuas e monumentos de homens que de alguma forma entraram para história, pois seus maiores feitos foram traficar, enriquecer através do comércio humano de homens, mulheres e crianças divididos, sequestrados e escravizados, e que se destacaram por esses feitos. O primeiro passo foi localizar esses monumentos, o segundo passo defender que o Estado retire-os e o terceiro passo instalar monumentos daqueles que lutaram contra o genocídio. Refletir o nosso passado não significa apagá-lo, mas agir no presente para mudar o futuro.

Bibliografia

BRULON, B. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. ANAIS DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020, p. 1-30. e1

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Feusp, 2005. (Tese de doutorado)

FREIRE, Jonis. Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista. (Tese de doutorado). Campinas, SP: 2009.

LIMA, D. Musealização: a interpretação pela voz do campo. In. Museologia, Musealização e Coleções: conexões para reflexão sobre o patrimônio. Rio de Janeiro, 2016

MARCELLINO, Douglas Attila. Rituais políticos e representações do passado: sobre os funerais de “homens de letras” na passagem do império à república. Tempo (Niterói, online) | Vol. 22 n. 40. p.260-282, mai-ago., 2016.

MERRIMAN, John. A comuna de paris 1871: origens e massacre. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Anfiteatro , 2015.

NABUCO, Joaquim. Minha formação. São Paulo: Editora 34, 2012.

ORRICO, Evelyn. Especialistas comentam derrubadas de monumentos e estátuas pelo mundo. CafeHistoria. 2020. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/especialistas-comentam-derrubada-de-estatuas-pelo-mundo/>>. Acesso, novembro 2020.

ROCA, A. Acerca dos processos de indigenização dos Museus: uma análise comparativa. Mana, v. 21 n. 1, p. 123-155, 2015.

SCHWARCZ, de Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SENNETT, Richard. Carne e Pedra. 2º edição; Rio de Janeiro: BeStBolso, 2010.

[1] Período conhecido como Brasil Holandês, em 1634 a Holanda invadiu a região Nordeste do Brasil Colônia com objetivo de produzir açúcar. Fernandes Domingos Calabar foi um colono o qual ficou ao lado dos invasores batavos e por isso foi considerado um traidor.

[2]

[3]

[4] Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/08/1910593-monumento-confederado-da-lugar-a-estatua-de-mulher-negra-em-baltimore.shtml>>

[5] A Comuna de Paris (1871) foi um governo que governou a cidade de Paris por três meses após a queda do imperador Napoleão III após a derrota na Guerra Franco-Prussiana (1871). O governo popular dos comunards assumiu o poder e implementou uma série de políticas de caráter socialistas e progressistas na capital, porém foram derrotados em pouco tempo pelas tropas sediadas sob o governo de Adolphe Thiers. Alguns historiadores apontam a Comuna de Paris como o primeiro governo dos trabalhadores da história.

[6] A Coluna de Vendôme é um monumento que foi construído por iniciativa do imperador Napoleão I em 1806 em comemoração das vitórias em Austerlitz. O monumento foi construído na Praça de Vendôme, no 1.º arrondissement de Paris. A coluna de pedra e metal com uma estátua de Napoleão Bonaparte no topo. Depois de ser derrubada durante o período da Comuna de Paris o monumento foi reconstruído.

[7]

[8] Escravidão indígena

[9] Em 9 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção para Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio. O documento obriga os países membros da ONU a punir o genocídio.

[10] Em 6 de maio de 1952 foi protocolado o decreto nº30822 pelo presidente Getúlio Vargas ratificando a Convenção para a prevenção e repressão do crime de Genocídio aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. O documento prevê a punição para : o genocídio, a associação de pessoas para cometer genocídio, a incitação direta para cometer genocídio, a tentativa de genocídio e a co-autoria no genocídio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1952/D30822.html>

[11] Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/cais-do-valongo-recebe-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco>>

[12] Tereza de Benguela é, assim como outras heroínas negras, um dos nomes esquecidos pela historiografia nacional, que, nos últimos anos, devido ao engajamento do movimento de mulheres negras e à pesquisa ou ao resgate de documentos. Tereza viveu no século XVIII e foi casada com José Piolho, que chefiava o Quilombo do Piolho até ser assassinado por soldados do Estado. O Quilombo do Piolho também era conhecido como Quilombo do Quariterê (a atual fronteira entre Mato Grosso e Bolívia). Com a morte de José Piolho, Tereza se tornou a líder do quilombo, e, sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas. Uma versão é que ela se suicidou depois de ser capturada por bandeirantes a mando da capitania do Mato Grosso, por volta de 1770, e outra afirma que Tereza foi assassinada e teve a cabeça exposta no centro do Quilombo. O Quilombo resistiu até 1770, quando foi destruído pelas forças de Luís Pinto de Sousa Coutinho. A população na época era de 79 negros e 30 índios.

Autores:

Acácia Pereira é professora de História, Sociologia e Filosofia da Rede Privada de Ensino. Formada em licenciatura em História pela UERJ-FFP, em 2016. Mestre em História Social, em 2018, pelo PPGHS-UERJ. Membro do Coletivo de Mulheres Negras Cláudia Silva e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Regional da África e Diáspora.

Ariane Corrêa é professora de História. Formada em Licenciatura e Bacharel em História pela UERJ Maracanã, em 2016. Graduanda em Museologia, pela UNIRIO. Atualmente é Assistente de Museologia no Departamento de Patrimônio Histórico do Clube de Regatas do Flamengo.

Camilla Fogaça é professora de História, Sociologia e Filosofia. Formada em licenciatura em História pela UERJ-FFP, em 2014. Especialista em Ensino e Cultura Afro-brasileira, em 2017, pelo IFRJ. Mestre em História Social, em 2018, pelo PPGHS-UERJ. Atualmente é doutoranda em História Social, também pelo PPGHS-UERJ.

Cristiane Lima é formada em Pedagogia pela faculdade São Judas Tadeu - 2007 e em História pela UERJ Maracanã 2018. Pós graduada em Pedagogia Empresarial pela UCAM - 2020 Tendo trabalhado como monitora na ALERJ, Centro Cultural dos Correios, em exposições do CCBB e como supervisora em exposições no Museu do amanhã.ora de História.

Danielle Rodrigues é professora de História. Formada em licenciatura em História na UERJ-FFP em 2014 e mestre em História Social pelo PPGHS-UERJ. Atualmente leciona História e Filosofia na educação básica da rede privada em São Gonçalo.

Elaine da Silva de Souza é formada em Letras pela Universidade Federal Fluminense, especialista em Língua Portuguesa pelo Liceu Literário Português,

mestranda em Literatura pela Université Lyon 2 e pela Universidade Federal do Paraná. Professora da SEEDUC RJ.

Jorge Santana é professor de história. Formado em licenciatura em história pela UERJ-FFP em 2012, mestre em Ciências Sociais pela UERJ em 2016 e atualmente doutorando em Ciências Sociais pela UERJ.

Monique Cassiano é professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação. Formada em licenciatura em Letras Português/Inglês na UERJ-FFP em 2013. Mestre em Estudos da Linguagem (PPGEL) pela PUC-Rio. Atualmente leciona Português na rede estadual do Rio de Janeiro, atuando em São Gonçalo.

[1] <https://mnba.gov.br/portal/>

[2] Trecho destacado da aba “Coleções” do portal do MNBA, grifo meu.

Referências:

<https://mnba.gov.br/portal/museu/historico>

